

Gerencialismo e performatividade: o único caminho para a escola pública de qualidade?

Managerialism and performativity: is it the only way to quality public school?

Maurício de Sousa¹

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas-SP, Brasil

Resumo

Este texto apresenta uma pesquisa sobre editoriais de dois dos principais jornais impressos e de maior circulação e alcance no Brasil: “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”. São analisados os editoriais que se referem à relação entre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a gestão escolar, publicados entre os anos de 2007 e 2016. A partir dos conceitos: performatividade e gerencialismo, desenvolvidos por Stephen Ball, utilizados para analisar as reformas educacionais ocorridas nas últimas décadas na Europa, e que resultaram na introdução dos valores do mundo do mercado, na definição da qualidade, sendo essa obtida através da competição, da eficiência, do desempenho e da responsabilização dos profissionais. Como consequência destas reformas, temos a desqualificação da gestão do serviço público, em especial, da educação. Utilizando-se da análise do discurso como metodologia, foram estudados 30 editoriais, e, verificamos que assim como na Europa, a educação pública brasileira é de má qualidade, pois o desempenho dos alunos nas avaliações externas nacionais e internacionais é muito baixo. Assim, considera-se que o caminho para a melhoria da qualidade da educação pública, seria reformar a gestão escolar de maneira eficiente e competitiva. Dessa forma, os editoriais analisados deixam claro que uma educação de qualidade é aquela que qualifica os estudantes para o mercado de trabalho e não para uma transformação social, na perspectiva de uma qualidade social da educação, valorizando a formação integral do ser humano.

Palavras-chave: Gerencialismo. Performatividade. IDEB. Meios de comunicação.

Abstract

This article presents a research on editorials of the two main printed newspapers with the largest circulation and reach in Brazil: “Folha de São Paulo” and “O Estado de São Paulo”. The editorials were published between 2007 and 2016, and their analysis refer to the relationship between Basic Education Development Index (IDEB) and school management. The concepts of performativity and managerialism developed by Stephen Ball were used to analyze the educational reforms that took place in Europe in the last decades, which have resulted in the introduction of market values and the definition of quality, which is achieved through competition, efficiency, performance and professional accountability. As a consequence of these reforms, we have disqualified public service management, especially in education. Using the analysis of the discourses as a methodology, 30 editorials were studied, and we found that, like in Europe, Brazilian public education is of poor quality, since the students performance

¹ Doutorando em Educação pela UNICAMP, vinculado ao Laboratório de Observação e Estudos Descritivos – LOED e coordenador pedagógico na rede municipal de ensino de São Paulo. E-mail: sousama@ig.com.br ou sousama72@gmail.com

in national and international external evaluations is very low. Thus, it is considered that the way to improve the quality of public education would be to reform school management in an efficient and competitive manner. Consequently, the editorials analyzed stated that quality education is what qualifies students for the job market and not for a social transformation, in a perspective of social quality education, valuing the integral formation of the human being.

Keywords: Managerialism. Performativity. IDEB. Mass media.

Introdução

A avaliação externa em larga escala vem se consolidando no cenário educacional brasileiro, desde os anos 90 do século XX. O governo federal, desde os anos 30, adotou uma política para a construção de um sistema de coleta de dados sobre o sistema de ensino brasileiro que se consolidou, principalmente, a partir da criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 1994 (FREITAS, 2007; BONAMINO; FRANCO, 2013). Dentro desse processo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) passou a ser o órgão central de elaboração, distribuição, sistematização e divulgação dos resultados das avaliações externas em larga escala, elaboradas pelo governo federal brasileiro.

Com essa centralização do governo federal, as avaliações externas em escala no Brasil durante os anos 90 avançaram muito no campo teórico e metodológico (KLEIN, 2005; VIANNA, 2009). Esses avanços possibilitaram a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2007. O IDEB é constituído por dois dados: o rendimento escolar e o desempenho dos alunos na Prova Brasil, avaliação em larga escala, organizada pelo INEP, que a cada dois anos, avalia os alunos das escolas públicas das séries finais do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e ensino fundamental II (6º ao 9º ano). O resultado desse indicador é expresso em uma escala de zero a dez, e o objetivo é que as escolas brasileiras atinjam o patamar de 6,0 pontos até o ano de 2021.

Dessa forma, este indicador passou a quantificar a qualidade da educação, conforme a própria legislação afirma no artigo 3º do decreto 6.904/07,

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil). Parágrafo único. **O IDEB será o indicador objetivo** para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso (BRASIL, 2007, grifo nosso).

Ou seja, se pensarmos o conceito de qualidade como sendo polissêmico e histórico (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005), a partir da instituição do IDEB, essa polissemia do que é qualidade deixa de existir, e passa a ser definida de forma objetiva e clara.

Tal objetividade e simplificação do que é qualidade passou a ser utilizada por diferentes setores sociais, dentre eles, os veículos de comunicação (IAIES, 2003) que passaram a difundir rankings, valorizar a competição entre as escolas e instituir a meritocracia entre os professores e gestores escolares, afirmando ser este o caminho para garantir a “qualidade da educação”.

Diante desse quadro, este texto analisa os editoriais de dois jornais de grande circulação, a saber: “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, no período de 2007 a 2016, que têm se apropriado dos resultados do IDEB para fazer suas considerações sobre a política pública educacional brasileira. Nesse processo de análise nos utilizamos dos conceitos de performatividade e gerencialismo, desenvolvidos por Stephen Ball (2001, 2004, 2005, 2012). Por fim, através da análise de discurso, buscamos entender como os editoriais desses veículos de comunicação estão difundindo as ideias de melhoria da qualidade da educação brasileira.

A performatividade e o novo gerencialismo

Entendemos que um dos caminhos para o estudo das políticas educacionais é a compreensão da política como processo, defendido por Stephen Ball e seus colaboradores (BOWE; BALL; GOLD, 1992). Dessa forma, a política não ocorre de maneira estática, estabelecida quase sempre em planejamento, implantação e resultados, ao contrário,

(...) as políticas se movem e os consensos e conflitos acontecem, denominados pelo autor (Stephen Ball) de contextos: o contexto da influência, o contexto da produção de textos e o contexto da prática. No conjunto desses contextos, inter-relacionados, que não são tratados como etapas da política e não possuem entre si dimensão temporal ou sequencial, mas podem mesmo ser encontrados uns dentro dos outros, localiza-se a política como processo e consequências (REZENDE; BAPTISTA, 2011, p.175).

Partindo dessa concepção de política como processo, Bowe, Ball e Gold, (1992) apresentam uma abordagem de análise sobre as políticas públicas, chamada de abordagem ciclo de políticas (*policy cycle approach*). Nessa abordagem teórica, existem diferentes contextos de produção que se entrecruzam na formulação de uma política. São estes: *contexto de influência* “onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos construídos” (MAINARDES, 2006, pág. 51). Nesse contexto de influência, temos um processo de conflito entre os atores envolvidos, influxos de diferentes discursos oriundos de instituições acadêmicas, entidades de classe e agências internacionais. Como exemplos destas últimas, destacamos: a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial, que baseiam a sua concepção de qualidade em avaliações externas como o PISA (*Programme for International Student Assessment*).

Em seguida, no *contexto de produção*, temos a materialização da política, através de documentos legais, textos políticos, comentários e etc. Esse contexto está intrinsecamente ligado ao anterior e ambos são produzidos quase ao mesmo tempo, pois as diferentes disputas no campo da influência vão gerar a produção de um discurso que acaba sendo hegemônico no campo da política pública. É neste contexto que se enquadra o IDEB, como um mecanismo definidor da qualidade da educação. O governo, através de diferentes estratégias, entre elas o uso dos meios de comunicação, vem construindo na última década, a visão de que a qualidade da educação pode ser medida por este exame (FREITAS, 2007).

Segue-se o *contexto da prática* “onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências” (MAINARDES, 2006, p. 53).

Dessa forma, é possível compreender que não é porque temos um texto como exemplo de um indicador educacional, que este vai produzir os resultados esperados pelos seus idealizadores, ou seja, no contexto da prática, os atores reinterpretem os significados dos discursos materializados em um texto. Mais adiante, Ball acrescenta outros dois contextos para análise do contexto da prática: *contexto dos resultados ou efeitos* e *contexto de estratégia política* (BALL, 1994). No primeiro, são discutidas “as questões de justiça, igualdade e liberdade individual” (MAINARDES, 2007, p.31), já o segundo contexto “envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investida” (Idem, p. 32)

Diante desses diferentes contextos, Ball acaba definindo que as políticas públicas atualmente são fruto de

(...) um processo de “bricolagem” um constante processo de empréstimo e cópia de fragmentos e partes de ideias de outros contextos, de uso e melhoria das abordagens locais já tentadas e testadas, de teorias canibalizadoras, e de investigação, de adoção e tendências e modas e, por vezes, de investimento em tudo aquilo que possa vir a funcionar. A maior parte das políticas são frágeis, produto de acordos, crivadas de nuances e moduladas através de complexos processos de influência, produção e disseminação de textos e, em última análise, recriadas nos contextos da prática (BALL, 2001, p. 102).

Entendemos que no campo da política educacional e, em especial, no campo da avaliação externa, o Brasil tem sofrido com esse processo de “bricolagem” de modelos e práticas pedagógicas, principalmente a partir do início dos anos 1990, momento em que se intensifica o processo de implantação do primeiro ciclo de avaliação externa no país, estabelecidas a partir de demandas do Banco Mundial, a educação brasileira (BONAMINO; FRANCO, 2013).

A partir da concepção da política como processo, constituído pelas imbricações dos diferentes contextos, Ball analisando o contexto educacional inglês, constrói o conceito de performatividade que

É uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que emprega avaliações, comparações e demonstrações como meios de controle, desgaste, e mudança. As performances de indivíduos ou organizações servem como medidas de produtividade ou resultado, demonstrações de “qualidade” (BALL, 2012, p. 37).

Mais adiante Ball define como são construídas estas performatividades:

Ela é alcançada através da construção e publicação de informações, indicadores e outros desempenhos institucionais e de materiais promocionais como mecanismos para animar, avaliar e comparar profissionais em termos de resultados, a unidade (de medida) para nomear, diferenciar e classificar – como, por exemplo, através do “padrão de excelência” (BALL, 2012, p. 37).

Dessa forma, podemos compreender que no contexto do sistema educacional brasileiro, esse processo de performatividade também ocorre, e um dos exemplos é a divulgação dos resultados do IDEB, pelo INEP, a cada biênio, e que são apropriados pelos meios de comunicação. Esses meios de comunicação difundem quais as melhores e piores escolares; como algumas redes de ensino conseguiram alcançar os seus

resultados, quais as políticas públicas adotadas por alguns gestores para conquistarem esses resultados, etc. Como isso, temos no *contexto da prática* do sistema de ensino brasileiro a legitimação do IDEB e da política de avaliação externa - ou avaliocracia, como define Afonso (2014) - como mecanismo definidor da qualidade da educação. Além disso, esse processo de performatividade interfere de forma homogeneizadora, para que todas as redes de ensino do país adotem as mesmas ações, que daquelas que conquistaram o padrão de “excelência” (o discurso hegemônico).

Nessa tentativa de construção de um discurso hegemônico, essa concepção de qualidade, de excelência, que de acordo com Ball (2005, p. 544) “são fruto de uma reforma política e de reengenharia cultural do setor público” chamada de novo gerencialismo que

(...) representa a inserção, no setor público, de uma nova forma de poder, ele é um instrumento para criar uma cultura empresarial competitiva, uma força de transformação. O gerencialismo desempenha o importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevalecem nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos [...] O trabalho do gerente envolve inculcar uma atitude e uma cultura nas quais os trabalhadores se sentem responsáveis e, ao mesmo tempo de certa forma, pessoalmente investido da responsabilidade pelo bem-estar da organização [...] essas novas pedagogias invisíveis de gerenciamento, realizadas por meio de avaliações, análises e formas de pagamentos relacionadas com o desempenho, “ampliam” o que pode ser controlado na esfera administrativa (BALL, 2005, p. 544-545)

A partir dessas duas práticas, ou tecnologias (performatividade e gerencialismo), definidas por Ball, não apenas o sistema educacional seria afetado, mas todo o setor público, que passou a ser identificado como improdutivo, ineficaz, burocrático e sem qualidade. Por sua vez, o discurso do novo gerencialismo para o setor público, representa a “excelência, efetividade e qualidade” (BALL, 2006, p.12).

No campo educacional, essas duas tecnologias: gerencialismo e performatividade representam as seguintes mudanças no contexto da prática escolar: a aprendizagem é vista como um resultado e não processo; os professores são transformados em técnicos pedagógicos, cujo objetivo do ensino é melhorar o desempenho dos alunos nas diferentes avaliações externas a que são submetidos; a competição, a classificação e o desempenho de escolas e alunos são cada vez mais incentivados. Dessa forma, os valores e a ética são modificados, a crença em uma boa educação, em um bom professor, a autonomia das inter-relações entre professor e aluno são substituídas por competição, desempenho e resultado, é somente isso o que interessa.

Entendemos que esses conceitos desenvolvidos por Ball desde o final dos anos 1990, em análise do cenário educacional inglês e europeu, também estão presentes no sistema educacional brasileiro. Como o próprio autor definiu, as políticas públicas atualmente são fruto de bricolagem dos diferentes modelos adotados no mundo globalizado. Assim, o Brasil também se enquadra nessa sociedade da performatividade e do novo gerencialismo, e, como veremos adiante, os meios de comunicação são um dos principais difusores dessas ideias de “modernização” do setor público, principalmente o sistema educacional.

O percurso metodológico: a análise de discurso

Apoiados na construção teórica da abordagem do ciclo de políticas e dos conceitos de performatividade e gerencialismo de Ball (2001, 2004, 2012) passamos a analisar os contextos de influência em relação à divulgação dos resultados do IDEB pela imprensa escrita, através dos editoriais de dois jornais de maior circulação e alcance no Brasil: “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, a partir de janeiro de 2007 a maio de 2016.

Para tanto, compreendemos que análise documental não é simplesmente a coleta de dados e consequente tabulação desses documentos:

A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica (SILVA et al., 2009, p. 4556).

Na busca inicial ao acervo *online*² desses dois jornais, utilizamos o termo IDEB como palavra chave. Dessa forma, encontramos 405 citações no jornal “Folha de São Paulo” e 510 no jornal “O Estado de São Paulo”³. Como recorte metodológico desse texto, restringimos a análise apenas aos editoriais de cada um desses jornais. A base da escolha do gênero editorial é “o fato de ele possuir uma autoria institucional assumida internamente pela própria empresa e pelo veículo de comunicação onde é publicado” (ALVES FILHO, 2009, p.83). Ou seja, o editorial é um gênero jornalístico do qual as instituições dos meios de comunicação se utilizam para expressar sua opinião diante de uma situação ou fato.

Dessa forma, no período pesquisado, foram encontrados 14 editoriais no jornal Folha de São Paulo e 16 no jornal O Estado de São Paulo, fazendo referência aos resultados do IDEB. Para a leitura desses editoriais utilizamos a análise de discurso que “visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos” (ORLANDI, 2015, p.24)

Através da leitura dos editoriais desses dois jornais, buscamos compreender o texto não como um objeto acabado e concluído, mas ao contrário, ao ser analisado na perspectiva do discurso “devolve sua incompletude, acenado para um jogo de múltiplas possibilidades interpretativas, para o contexto que gerou, para a ideologia nele impregnada e para as relações dos atores que o tornam possível” (MINAYO, 2014, p. 321)

² Acervo Folha de São Paulo disponível em <http://acervo.folha.uol.com.br/> e Acervo O Estado de São Paulo disponível em <http://acervo.estadao.com.br/>

³ Último acesso do pesquisador aos dois acervos online realizado no dia 22 de julho de 2016.

Conseqüentemente o texto enquanto “discurso é circunstancial” (GILL, 2008, p. 249), pois resulta de um contexto de produção (BALL, 1994; BOWE; BALL; GOLD, 1992) caracterizado dentro de um contexto histórico, resultante de muitas disputas ideológicas entre os atores. Desse modo,

(...) a desconstrução dos textos visando a compreensão de seu processo de produção torna-se um importante mecanismo de análise discursiva, na medida em que permite localizar as inconsistências dos textos, os pontos em que transgride os limites dentro dos quais foi construído (SHIROMA et al., 2005, p. 433).

Por fim, a análise de discurso como instrumento metodológico, possibilita essa desconstrução do texto ao entender que o discurso “é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, op.cit., p. 15).

O que dizem os editoriais

Os editoriais aqui analisados são caracterizados pelo uso dos resultados do IDEB, divulgados pelo INEP, desde 2007. Nos dois jornais, os editoriais apresentam que a implantação deste indicador foi fundamental para definir e caracterizar a realidade da educação pública no Brasil, como deixa claro o fragmento do editorial do “O Estado de São Paulo”:

A implantação de um eficiente sistema de avaliação foi um dos maiores avanços obtidos pelo país nas duas últimas décadas no campo da educação. Com a divulgação de estatísticas confiáveis e comparáveis, como as do IDEB de 2011, agora é possível definir prioridades e formular políticas educacionais com foco preciso. E é justamente isso que se espera do governo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012)

Nesse sentido a utilização da avaliação de desempenho dos alunos, que é uma das características da performatividade descrita anteriormente, passa a ser defendida nos editoriais desses jornais como definição de qualidade da educação, ou seja, a legitimação (contexto de prática) do conceito de qualidade estabelecido pelas avaliações externas. Observamos fragmentos de um editorial em cada jornal defendendo essa concepção de qualidade:

No que se refere à qualidade, a educação é ruim. De acordo com os exames do Programa Internacional de Avaliação de estudantes (PISA), mais de 60% dos alunos brasileiros não possuem a capacidade adequada na área de ciências. No exame mais recente, voltado para esse quesito, o Brasil ficou em 52^o lugar entre 57 nações (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010)

Está melhorando a qualidade do ensino oferecido na rede pública de ensino fundamental, a alunos na faixa de 7 a 14 anos de idade. Isso é o que indica o IDEB relativo ao período de 2005 a 2007. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2008)

Diante dessa concepção de qualidade, em que “o compromisso da aprendizagem é substituído pelas metas de desempenho” (BALL, 2012, p.44) é interessante analisar

Tabela 1: Títulos dos editoriais analisados no período de 2007 a 2016 dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”

| "O Estado de São Paulo" | | "Folha de São Paulo" | |
|---------------------------------|--------|------------------------|--------|
| 2007 | | | |
| Um retrato do ensino estadual | 29/abr | Um bom plano | 18/mar |
| Outro triste retrato do ensino | 24/jun | O básico da educação | 22/abr |
| A saúde escolar | 31/jul | O Plano e os mestres | 26/abr |
| | | De plano em plano | 07/jun |
| | | Ensino certificado | 10/set |
| | | Mestre em falta | 13/nov |
| 2008 | | | |
| Os resultados do IDEB | 13/jun | Cautela no IDEB | 04/jul |
| Avaliação escolar e política | 29/jun | Evolução no ensino | 26/mar |
| 2009 | | | |
| Crime contra as novas gerações | 29/jun | ----- | |
| 2010 | | | |
| O IDEB de 2009 | 06/jul | Metas sociais | 30/set |
| 2011 | | | |
| O colapso do ENEM | 22/jan | ----- | |
| 2012 | | | |
| O estado da educação | 16/ago | Estado da educação | 12/fev |
| O MEC não sabe o que fazer | 20/ago | Nota 5, e olhe lá | 16/ago |
| As mudanças do IDEB | 24/ago | | |
| 2013 | | | |
| ----- | | ----- | |
| 2014 | | | |
| Os números amordaçados | 24/jan | Má educação | 15/set |
| Escolas públicas de qualidade | 31/ago | | |
| O IDEB e o desastre da educação | 12/set | | |
| A falta de gestão no ensino | 18/set | | |
| 2015 | | | |
| ----- | | Educação fora da caixa | 27/dez |
| 2016 | | | |
| O ensino básico em São Paulo | 14/fev | Atraso na educação | 10/fev |
| Total – 16 editoriais | | Total – 14 editoriais | |

Fonte: Elaboração do próprio autor.

os títulos dos editoriais desses dois jornais no período analisado. Observemos a tabela 1 abaixo:

Podemos observar pelos títulos que na maioria dos editoriais, a visão negativista, de ineficácia e baixa qualidade do setor público está presente. Assim os termos: triste, crime, colapso, amordaçado, desastre, atraso, cautela e as expressões: não sabe o que fazer, falta de gestão e má educação, são utilizadas para desqualificar a educação pública brasileira. Em apenas dois títulos dos editoriais é demonstrado algum avanço da educação pública, a saber: “Escolas públicas de qualidade” e “Evolução do ensino”.

A partir da leitura dos editoriais, através da análise do discurso, entendemos que a educação pública é de baixa qualidade em virtude do desempenho dos alunos nas avaliações externas nacionais ou internacionais. Essa baixa qualidade é resultado da má gestão do serviço público, conforme observamos no fragmento abaixo,

Insuficiência crônica de recursos e má gestão das verbas disponíveis estão na raiz do problema educacional. Além da questão financeira, a má qualidade do ensino básico decorre de fatores técnicos e administrativos. Um dos fatores são as mudanças promovidas na direção das escolas públicas, por razões políticas, a cada troca de secretário estadual ou municipal de Educação. Com isso, não há uma linha de continuidade na política educacional e nos projetos pedagógicos de cada escola (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2007).

Além da ineficiência do Estado na gestão da educação, os professores também são responsabilizados por esse baixo desempenho dos alunos, por apresentarem falta de comprometimento e ausência das aulas, ou mesmo por não realizarem bem sua atividade profissional. A docência, nos editoriais é resumida a “passar” conteúdo, avaliar e corrigir:

Outro fator é constituído pela desmotivação e pelo elevado absenteísmo dos professores, já que em muitos Estados não há programas de valorização do magistério e de requalificação profissional (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2007).

[...] se vencerá a guerra por uma educação melhor. Isso só será alcançado com um recuo ao básico: dar aulas de verdade, que utilizem o tempo disponível para explicar o conteúdo definido e sua utilidade; propor exercícios sobre o que foi ensinado; corrigir os erros cometidos e explicar por que são erros (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Mediante essa calamidade da educação pública apresentada nos editoriais desses dois jornais, a solução proposta por estes veículos de comunicação é a adoção das práticas do novo gerencialismo, conforme observamos no fragmento abaixo,

Entre as medidas figuram prioridade para alfabetização na idade certa, com currículo bem definido; produção de material didático próprio com treinamento pragmático para docentes aprenderem a utilizá-lo com **eficácia**; avaliação externa com bônus financeiro para mestres e escolas com bom **desempenho**. Outro componente do sucesso é a autonomia para diretores e professores escolherem os meios de alcançar **metas** claras e mensuráveis. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015, grifo nosso).

Através deste fragmento, os termos eficácia, desempenho e metas são elementos centrais para se atingir a qualidade da educação, e “vencer” o Estado ineficiente, improdutivo e sem metas claras. Para conseguir estes objetivos temos uma tríade da definição de uma educação de qualidade; currículo único, treinamento profissional e avaliação externa. Consequentemente, aqueles que melhorarem o desempenho (professores e escolas) teriam uma bonificação na sua remuneração.

Por fim, a finalidade de uma educação pública de qualidade para esses editoriais é “[...] a formação de novas gerações, condição básica para que possam se emancipar socialmente e se colocar no mercado e trabalho [...]” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2009). Isso é o objetivo dessa educação pública de qualidade, defendida por esses veículos de comunicação, é voltado para a manutenção do sistema econômico e político capitalista e não para a transformação social e formação integral do ser humano (SILVA, 2009).

Considerações finais

Neste texto buscamos demonstrar como a instituição do IDEB, em 2007, possibilitou o uso de seus resultados pelos meios de comunicação, que acabaram não só dando legitimidade a este indicador de qualidade, como também passaram a defender ideias de reformas na educação pública brasileira.

A partir do uso dos conceitos de performatividade e novo gerencialismo, defendidos por Ball, podemos perceber que essas reformas da educação passam diretamente pela mudança na gestão escolar. Assim, nos editoriais analisados, a partir da perspectiva da análise de discurso, que compreende os textos numa perspectiva ideológica (ORLANDI, 2015). Portanto, os editoriais descritos, nesse texto, difundem a concepção de que a educação pública é um sistema ineficiente, improdutivo e sem qualidade, considerando para essas afirmações apenas o desempenho dos alunos nas avaliações externas nacionais ou internacionais.

Para a melhoria da qualidade da educação pública, os jornais através dos seus editoriais, defendem uma reforma da gestão escolar, através de um novo gerencialismo, em que a eficiência, a produtividade e o desempenho sejam o foco das reformas. Para atingir essas reformas a educação pública precisaria de um currículo único, treinar e bonificar professores e gestores, assim como garantir uma avaliação externa de desempenho, tanto para alunos como para professores. Os elementos dessas reformas visam apenas à qualidade definida pelo mercado e pela mercantilização da educação que “legitimam e dão impulso a certos compromissos e ações – empreendimento, competição, excelência – ao mesmo tempo, que inibem e deslegitimam outros – justiça social, equidade, tolerância” (BALL, 2004, p. 1122).

Terminamos este texto com as palavras de Mézaros que afirma que seria muito ingênuo pensar que uma transformação radical da educação dar-se-ia pela via da educação formal que foi apropriada pelo mercado:

Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. (MÉZAROS, 2008, p.45).

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. **Avaliação**. São Paulo/Campinas/Sorocaba, v. 19, n. 2. p. 487-507, 2014.
- ALVES FILHO, Francisco. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2009.
- BALL, Stephen J. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, Stephen J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.
- BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem-estar. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, 2004.
- BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, 2005.

BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, 2006.

BALL, Stephen J. Reforma educacional como barbárie social: economismo e o fim da autenticidade. **Práxis Educativa**, v. 7, n. 1, p. 33-52, 2012.

BONAMINO, Alícia; FRANCO, Creso. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. **Cadernos de Pesquisa**, n. 108, p. 101-132, 2013.

BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. Presidência da república. Casa Civil. Subchefia para Assuntos jurídicos. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 30 de março de 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Metas sociais**. 30 de setembro de 2010, p. 2.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Educação fora da caixa**. 27 de dezembro de 2015, p. 2.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira. **A avaliação da educação básica no Brasil: dimensão normativa, pedagógica e educativa**. Campinas: Autores Associados, 2007.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 244-270.

IAIES, Gustavo. Evaluar las evaluaciones. In: **Unesco. Evaluar las evaluaciones: una mirada política acerca de las evaluaciones de la calidad educativa**. Buenos Aires: IIPE; Unesco, 2003. p. 15-36.

KLEIN, Ruben. Testes de rendimento escolar. In: MELLO e SOUZA, Alberto (organizador). **Dimensões da avaliação educacional**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.110 -138.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MÉZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília e Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Outro triste retrato do ensino**. 24 de junho de 2007, p.3.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Os resultados do IDEB**. 13 de junho de 2008, p.3.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Crime contra as novas gerações**. 29 de junho de 2009, p. 3.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **O estado da educação**. 16 de agosto de 2012, p. 3.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n. 28, p. 5-23, jan./abr. 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes editora, 2015.

REZENDE, Monica; BAPTISTA, Tatiane Wargas Farias. A análise da política proposta por Ball. In: MATTOS, Rubens Araújo; BAPTISTA, Tatiane Wargas Farias. **Caminhos para análise das políticas de saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, p. 173-180, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto et. al. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, julho/dezembro 2005.

SILVA, Lidiane Rodrigues Câmpelo et al. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: **Anais do IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (EDUCERE) E III ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA**. Paraná: outubro de 2009. p. 4554 a 4566. Disponível em file:///C:/Users/USER/Documents/unicamp%20-%20Doutorado/texto%20metodologia%20documental.pdf. Acesso 30 de novembro 2014.

SILVA, Maria Abadia. Qualidade social da educação pública: algumas aproximações. **Cadernos Cedes**. Campinas. Vol. 29, n. 78, p. 216-226, maio/agosto 2009.

VIANNA, Heraldo Marelim. Fundamentos de um programa de avaliação educacional. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 11-27, jan/abril 2009.

Enviado em: Novembro 23, 2016. Aprovado em: Janeiro 20, 2017.